



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NO PANTANAL CORUMBAENSE

Cleide Marcelina Marçal de Abreu

Anamaria Santana da Silva

PPGE-CPAN-UFMS

RESUMO: O presente artigo apresenta dados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o processo de implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal, no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul que surgiram a partir do desenvolvimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, a partir do ano de 2004; especificamente a implantação das escolas na região do Paraguai Mirim e São Lourenço. Trata das escolas da região do Paraguai Mirim e São Lourenço observando as singularidades das comunidades tradicionais o qual pertencem. O presente trabalho partiu das seguintes questões: Como se deu o processo de implantação e construção das escolas nas comunidades de São Lourenço e do Paraguai Mirim? Houve melhoria na qualidade de vida das crianças e jovens desde a implantação da escola na região? A pesquisa compreendeu como recursos os registros dos arquivos das escolas, da Secretaria de Educação do Município de Corumbá, da Secretaria Estadual de Mato Grosso do Sul, do Setor de Assistência Social das comunidades ribeirinhas, dos Ministérios Público Estadual e Federal, além de reportagens jornalísticas. Foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas, gravadas e transcritas, com os seguintes sujeitos: representação da equipe gestora municipal no período de implantação das escolas, lideranças das comunidades Paraguai Mirim e São Lourenço, professores e funcionários das unidades e representantes da ONG Ecoa, totalizando treze entrevistados. O texto traz uma reflexão sobre as mudanças da realidade nas comunidades ribeirinhas a partir do processo de construção do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil que culminou com a construção de escolas e com a implementação das leis de assistência que abrangem crianças, jovens e adultos nas situações de vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil; comunidades ribeirinhas; escolas do pantanal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta dados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o processo de implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas do Alto



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Pantanal¹, no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul que surgiram a partir do desenvolvimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, a partir do ano de 2004. Como se deu o processo de implantação e construção das escolas nas comunidades de São Lourenço e do Paraguai Mirim? Houve melhoria na qualidade de vida das crianças e jovens desde a implantação da escola na região?

Essa pesquisa utilizou os seguintes recursos: os registros dos arquivos das escolas, da Secretaria de Educação do Município de Corumbá, da Secretaria Estadual de Mato Grosso do Sul, do Setor de Assistência Social das comunidades ribeirinhas, dos Ministérios Público Estadual e Federal, Leis, Decretos, relatórios, pareceres, fotos, artigos e reportagens jornalísticas.

Além disso, foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas com os seguintes sujeitos: 1 liderança da Associação do São Lourenço 2018, 2 Moradores do São Lourenço, 1 liderança do Paraguai Mirim 2004, 1 liderança do Paraguai Mirim 2018, 2 Moradoras do Paraguai Mirim, Gestor da Escola Municipal Rural Porto Esperança – 2004, Representante da ONG Ecoa 2004.

A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL

Como já foi afirmado, este estudo compreende as comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim que por estarem localizadas às margens do Rio Paraguai se constituem com características de comunidades ribeirinhas ou povos das águas.

Autores como Amâncio (2008), Zanatta (2011), Bortolloto e Amarazo (2012), Costa (2013), Zerlotti (2014), Pereira (2015), Siqueira (2015) e Fonseca (2017) retratam as peculiaridades do modo de vida destas comunidades, analisando seus aspectos culturais, econômicos e históricos.

Nessas comunidades as relações interpessoais e econômicas ocorrem de forma muito singular. Seguimos a definição de Diegues (2000) que caracteriza como sociedades tradicionais, considerando seus aspectos:

[...] conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos

¹Essa região corresponde, em sua maior parte, à extensa planície de inundação do Rio Paraguai, desde a Ilha do Caracará, nos limites do Pantanal de Cáceres, até as bordas do Maciço do Urucum, ao Sul de Corumbá (Allem e Valls, 1987).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral [...] importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais (p.87-88).

Almeida e da Silva (2012) registram sobre a denominação de 'Povos das Águas', visto que, todas as suas atividades diárias estão diretamente relacionadas ao movimento do rio, "[...] devido apropriação das margens dos rios".

Para Costa (2013) as comunidades do Pantanal estão na estreita relação com seus pares e a natureza em si. Destaca ainda que as relações culturais e econômicas permeiam a sua própria compreensão sobre a relação com o trabalho.

A relação com o trabalho é outra questão a ser destacada; são comunidades que possuem sua própria noção de produção e de trabalho. Além disso, a divisão do trabalho também é feita de forma particular, são distribuídas as tarefas por todos os membros da família. (p. 31)

No Artigo Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chané/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá,MS, a pesquisadora Amâncio (2008) retrata o modo de vida que considera semelhante a toda extensão do Rio Paraguai.

As casas em que as famílias residem, na maior parte, são construídas pelos próprios moradores utilizando recursos naturais fruto do extrativismo local [...]. A infraestrutura das casas é simples, geralmente, dispõem de uma cozinha externa, estrategicamente arquitetada para segurança familiar em caso de incêndio, já que a principal fonte de energia para o preparo de alimentos é a lenha. Além da cozinha, as residências usualmente possuem alguns dormitórios (dependendo do tamanho da família) e uma área que funciona como sala/dormitório (a maior parte dos casos). A água que abastece as residências é proveniente do Rio Paraguai (p. 04-06).

A mesma autora caracteriza a relação de trabalho como:

O segmento da pesca profissional artesanal predominante nestas famílias é a pesca de iscas vivas para comercialização destinada ao setor turístico pesqueiro. Essas iscas são vendidas diretamente para os barcos de turismo. A principal fonte de proteína animal para estas famílias, em ordem de consumo, é o pescado, a carne bovina e a carne de caça, concentrada em alguns animais citados pelos entrevistados (mutum, capivara, jacaré, queixada e porco monteiro) (p.06).

Sendo assim, a vida dos povos ribeirinhos apresenta certas singularidades que são resultadas dessa relação próxima com a natureza, principalmente, com o rio. Seu modo de viver e pensar apresenta diferenças em relação ao modo de vida urbano.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Nesta concepção, Siqueira (2015) afirma que estas comunidades não “compreendem o fato de levar seus filhos para a coleta da isca ou pesca, onde ensinam a forma de subsistência, como, intencionalmente, negligência paternal, mas como inclusão de seu filho aos aspectos de sua comunidade” (p. 25); o autor compreende que este pertencimento transpassa a transferência de conhecimentos habituais, pois se configura como momento de lazer e brincadeira para a família.

No entanto, uma reportagem realizada pela TV Morena, “Isca – crianças catadoras do pantanal”, veiculada em 25 de maio de 2004 denunciou que havia no pantanal crianças em situação do trabalho infantil; o que casou uma repercussão em âmbito nacional.

As imagens da referida reportagem foram encaminhadas a Coordenadora de Desenvolvimento de Programas e Projetos da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária – SETASS, que até então, desconhecia esta demanda (MS, junho: 2004).

A Secretaria de Assistência Social do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Corumbá junto com a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá foram acionadas, via uma denúncia no Ministério Público Federal, da existência de trabalho infantil em situação de insalubridade nestas comunidades.

Assim, segundo Relatório (MS, junho: 2004) o poder público iniciou um mapeamento para caracterização das comunidades que residiam na região. Reuniram-se junto as Secretarias de Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar do município de Corumbá para realizar o monitoramento e ações que atendessem as populações ao longo do Rio Paraguai.

Segundo relatório foi detectado a seguinte situação:

A região conhecida como Paraguai Mirim. Lá falta tudo, escola, alimento, moradia digna, assistência médica, etc. Algum tempo atrás, o barco da Marinha fazia uma visita mensal, levando atendimento médico, mas, já tem aproximadamente um ano, que não vão. Outro fato que chamou atenção é a maioria das crianças e até mesmo adolescentes não terem registro de nascimento e também adultos. Conversamos com todos e nos foram feitos vários pedidos. Desde agasalhos, alimento, lona, cobertores, calçados e escola. Foi feito levantamento de crianças em idade escolar e, somente nessa comunidade, tem em torno de 32 crianças, todas analfabetas. (MS, junho: 2004).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Na construção deste relatório dois aspectos detectados favoreceram a ações com articulação junto ao Ministério do Trabalho:

Outro aspecto que despertou a atenção foi à relação dessas pessoas com os “mascateiros”², como não dispõe de dinheiro, a moeda fica sendo muitas vezes peixe, caranguejo e iscas, em troca de alimentos e outros materiais necessários à sobrevivência. Os valores das mercadorias levados pelo mascate são taxados com valor acima do mercado, o que provoca uma relação de dívida constante entre quem compra em relação a quem vende. São eternos devedores. Há ainda uma situação de um comerciante de cidade de Corumbá, que é o principal comprador das iscas, tendo algumas pessoas relatando que consideram seu “patrão”, fato que será mais bem apurado pelos fiscais do trabalho da DRT³ (MS, junho: 2004).

Com a constatação destas vulnerabilidades vivenciadas pelas comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim foi criada a “Ação Cidadã” que tinha por finalidade organizar metas para assistir estas comunidades. Essa ação deveria contribuir como plano piloto para atingir com as mesmas ações outras comunidades tradicionais e ribeirinhas do município de Corumbá.

Assim, Estado e Município, neste mesmo ano de 2004 firmaram o compromisso para a construção das escolas que funcionassem em regime de internato; na contratação de professor e demais funcionários para atender a escola; no transporte escolar; na inserção destas famílias no Programa Segurança Alimentar; nas doações de cobertores, lonas, roupas e calçados; e articular ação compartilhada a outros órgãos para viabilizar registro de nascimento e outros documentos civis (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Ainda dentro da “Ação Cidadã” neste mesmo ano foram realizadas duas ações, com a presença da Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária – SETASS, Secretaria de Governo Estadual, Técnicos do Programa de Segurança Alimentar de Corumbá, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, Polícia Militar Ambiental de Corumbá, para documentar toda a expedição contaram com funcionários da empresa Vídeo Brasil Central (MS, junho:2004).

¹⁰Mascateiros: vendedor de tecidos e outras iguarias de forma ambulante, porta a porta, sejam nas cidades ou regiões interioranas. Em Memórias inventadas: a terceira infância, Manoel de Barros remete a Corumbá: “Batelões mascateiros balançam nas águas do rio.” No pantanal são comerciantes que possuem um barco, e sobem e desce o rio vendendo seus produtos. Eles também trocam seus produtos pelas iscas que os ribeirinhos coletam. Geralmente seus produtos possuem preço muito acima que o de mercado. Eles atuam na região como “atravessadores”. Vendem seus produtos por um alto valor, enquanto pagam um baixo valor pelas iscas, que são vendidas por um preço alto aos turistas.

³ Departamento Regional do Trabalho.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Como esta expedição tinha o intuito de cadastrar as famílias no Programa de Segurança Alimentar e na implantação do Programa PETI, a equipe se viu diante de um impasse frente aos critérios de seleção: as entrevistas familiares não identificavam a participação das crianças e jovens como situação de trabalho (MS, junho:2004).

As famílias eram perguntadas se seus filhos trabalhavam 99% delas afirmaram que não. Esse fato gerou algumas controvérsias no grupo e chegamos à conclusão de que, na realidade, as famílias não encaram a cooperação dos filhos como trabalho, uma vez que essa tarefa já está incorporada na sua cultura. (MS, Junho: 2004).

Segundo responsável pela Secretaria de Assistência a polêmica levantada foi discutida nos Colegiados da Comissão Estadual do PETI, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e no Conselho de Educação para deliberarem parecer e encaminhamentos para atendimento a esta região. Na segunda “Ação Cidadã” os cadastros foram efetivados com sua respectiva agenda de atendimento.

Segundo o relatório de Viagem (MS, Dezembro: 2004) participaram desta segunda expedição a Gestora de Processos em Educação Básica do Campo Estadual, a Marinha do Brasil, Secretaria de Estado e Município de Educação, Secretaria de Estado e Município de Saúde, Secretaria de Estado de Segurança Pública – Instituto de Identificação, Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETASS, Técnicos do Programa de Segurança Alimentar de Corumbá, Caixa Econômica Federal de Corumbá, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (INCRA), Coordenadoria Estadual da Mulher e para documentar a ação a Imprensa do Governo do Estado de MS.

Conforme o Relatório de Viagem (MS, Dezembro: 2004) as responsáveis organizaram um quadro especificando os problemas identificados e as possíveis alternativas para solucionar os problemas nessas comunidades. Os técnicos identificaram muitos moradores sem documentação e condições básicas para viver. A equipe constatou que a presença da escola na região resolveria tanto as questões de escolarização como também a preservação de crianças e jovens afastados das atividades laborais diárias de seus pais.

Ou seja, os governos estadual de MS e o municipal de Corumbá deveriam se unir para realizar ações que tirassem as crianças e jovens da situação de trabalho infantil



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

e para garantir o acesso à educação para essa população excluída dos direitos básicos da cidadania.

Inicialmente, todas as crianças e jovens estariam em turmas de alfabetização por estarem em situação de atraso escolar, no entanto, aos poucos todos foram sendo enturmados conforme níveis de aprendizagem. O compromisso firmado ficou determinado para início das aulas no primeiro semestre de 2005, após a conclusão das obras (MS, Dezembro: 2004).

A ESCOLA DA BARRA DO SÃO LOURENÇO

A construção da Escola da Barra do São Lourenço ficou a cargo da Secretaria Municipal de Educação e deveria atender a mais ou menos 23 crianças e adolescentes.

A escola foi construída em madeira e em forma de palafita; tinha a seguinte estrutura: dois quartos alojamentos (um masculino e outro feminino), uma cozinha, um depósito, uma sala de aula que funcionava na varanda, o banheiro único (fora do prédio).

Após a efetiva construção dessa escola, evidenciou-se muitos problemas em reação à segurança dos alunos alojados, visto terem encontrado uns restos de um cão devorado por uma onça. Após este incidente, a prefeitura 'apreçou em construir um os banheiros junto ao prédio e a colocar o alambrado'. A partir do final de 2007, implantou, também o aparelho do Rádio Amador interligando a unidade a Sede Administrativa (Entrevistados: Antonia, 44 anos; Janete, 47 anos).

A merendeira dessa escola era a mãe de alguns alunos e trabalhava como voluntária.

Eu cozinhava aqui pras crianças...meus filhos estudava aqui também...a gente ia pra casa de rabeta... ainda não tinha barco da prefeitura, os pais que tinha condição trazia e buscava os filhos, os outros ficava alojado até chegar o final de semana...e ia de carona... (Janete, 44 anos).

No início, por falta de transporte escolar os pais acordaram com a Secretaria de Educação levar os filhos em suas próprias embarcações. Algum tempo depois, o serviço de transporte foi contratado de forma terceirizada pela prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá. Com embarcações de grande porte com motor rabeta adaptada para atender os alunos (Entrevistada: Antonia, 44 anos).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

A Escola São Lourenço iniciou suas atividades em 2005, porém teve que suspender em virtude da cheia, ficando fechada até o ano de 2006; neste período, os alunos cujos pais concordaram, ficaram matriculados e alojados na Escola do Paraguai Mirim. As aulas só foram retomadas em 2007 com o oferecimento das séries iniciais do Ensino Fundamental, contra turno com oficinas da Jornada Ampliada e no período noturno a primeira e segunda fase da Educação de Jovens e Adultos – EJA(Célia, 65 anos).

Em 2008, em parceria com a ONG Ecoa, a Fundação Manoel de Barros, Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal - UNIDERP e Prefeitura Municipal de Corumbá foi iniciado um projeto de inclusão digital com aulas interativas denominado Navega Pantanal⁴, destinado a formação dos ribeirinhos. Foram trabalhados os temas “de interesse comum tais como: associativismo, pesca, piscicultura, higiene e saúde”; as aulas aconteciam aos sábados nas salas da escola. (ECOIA, 2008).

Em 2007, o projeto trabalhou vários módulos referentes aos eixos temáticos, “Práticas Agropecuárias”, “Inclusão digital”, “Fortalecimento de práticas pedagógicas”, “Empreendedorismo e administração” e “Melhoria da qualidade de vida”⁵ (CORUMBÁ, 2008).

A ESCOLA DO PARAGUAI MIRIM- EPM

A Escola Paraguai Mirim- EPM ficou a cargo da Secretaria Estadual de Educação; foi criada em 2005 e deveria atender a 32 crianças e jovens. Tinha como estrutura: duas salas de aulas, uma cozinha, um banheiro masculino e um feminino (ambos com dois sanitários e dois chuveiros), dois alojamentos, sendo um feminino e um masculino, uma lavanderia e uma despensa. Os alojamentos dos alunos eram compostos por treliches em virtude da grande quantidade de alunos matriculados⁶. Os professores ficavam alojados com os alunos; acumulavam a função de monitorar os alojamentos. No anexo da escola havia um prédio de madeira contendo dois quartos e

⁴ Projeto executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), pela Fundação Manoel de Barros (FMB), com apoio das prefeituras, foi criado em 2006. Disponível em www.navegapantanal.fmb.org.br

⁵ Notícia em 24.07.2008. Disponível em <http://www.corumba.ms.gov.br>

⁶ Isso porque a escola da Barra do São Lourenço estava construída, mas não pode funcionar devido a cheia de 2006(Célia, 65 anos).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

um banheiro para os roteiros⁷ que eram terceirizados pela prefeitura do município; o responsável pela confecção da merenda era uma moradora da região contratada pela prefeitura (Entrevistada: Célia, 65 anos).

A escola atendia cerca de setenta alunos, sendo que quarenta ficavam alojados durante a semana, e alguns às vezes durante o bimestre, pois os pais moravam muito longe. O restante voltava para a casa todos os dias, na embarcação da escola. O período de adaptação foi difícil para algumas crianças principalmente nos primeiros dias, havia um pouco de choro, não estava acostumado ficar longe dos pais (Célia, 65 anos).

A Escola Paraguai Mirim foi criada como foi extensão da Escola Municipal Rural Polo Porto Esperança atendendo de primeira a quarta série do Ensino Fundamental. Seu funcionamento compreendia no horário regular as séries iniciais e no contra turno o PETI com as suas oficinas. Este, seguia o planejamento da Secretaria de Assistência Social, as oficinas desenvolviam reforço escolar, recreação e Arte. Os monitores eram os mesmos professores do horário regular. O conteúdo das oficinas práticas, embora tivesse um eixo norteador, dependiam muito do notório saber de cada professor para a sua realização (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Segundo as normas do PETI, para o desenvolvimento das oficinas práticas não se permitiam tarefas profissionalizantes para menores de 14 anos; assim, as atividades realizadas visavam a ampliação do universo cultural das crianças e adolescentes e o desenvolvimento de suas potencialidades com vistas e melhoria do seu desempenho escolar.

A Jornada Ampliada funciona como um vetor de ampliação e desenvolvimento do universo sociocultural, educativo e informacional da criança e do adolescente, oferecendo possibilidades de inclusão social. Deve-se ressaltar o fato das atividades da Jornada Ampliada não se tornarem penosas para as crianças, em função de uma carga horária mal distribuída entre as atividades de reforço e lúdicas, bem como pouco qualitativa em oferta de opções de atividades e desenvolvimento de habilidades e talentos singulares a cada criança (PETI, 2001, p. 20).

Pelas características do prédio da escola, baixa luminosidade e ventilação precária, as oficinas do PETI eram ministradas na área externa, embaixo das árvores com a própria preferência dos alunos que gostavam de ficar ao ar livre. No período de

⁷ Contratados para pilotar os barcos que buscam as crianças em casa e levam para a escola.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

muito mosquito os alunos permaneciam nos espaço internos (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Segundo a Entrevistada Célia, a partir de 2008 com as orientações do Censo Escolar foi possível ampliar os conteúdos do eixo norteador diversificado da Jornada Ampliada.

Com orientação das grades de conteúdos para Jornada Ampliada do Censo Escolar foi possível implementar alguns conteúdos no universo do eixo norteador do Programa PETI, promovendo aulas de fantoche, ampliamos o repertório de jogos de mesa e pátio, porque antes só queriam jogar bolita. (Célia, 65 anos).

DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DA REGIÃO PARAGUAI MIRIM E SÃO LOURENÇO

O estabelecimento das unidades escolares, tanto na região do Paraguai Mirim quanto do São Lourenço, fomentou outras ações que favoreceram a gradativa mudança de olhar em relação à mão de obra das crianças e adolescentes. Era inegável a necessidade das famílias de utilizar todos os membros para subsistência material e imaterial do grupo. Entretanto, a escolarização agora oferecida também passou a fazer parte da rotina local.

O PETI foi fundamental na garantia da ampliação do horário escolar, teve seu formato de 2005 a 2010 com o monitoramento efetivo do enfrentamento ao trabalho infantil. Assim, como aconteceu em todo país, foi reformatado e incluindo a outras ações junto aos demais membros da família, perdendo um pouco sua força inicial. Mas, em se tratando destas comunidades o ganho foi amplo e real. Ao ponto da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social criar um setor específico pra tratar das singularidades destas pessoas, como o Centro de Referência da Família Itinerante (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Na prática, o ganho social está ligado desde o monitoramento das vulnerabilidades até o encaminhamento ao acesso a benefícios de cidadania, como tirar documentos pessoais, regularizar a carteira de navegação que muitos não tinham e que pilotavam na clandestinidade. Além disso, foi possível acelerar processos de aposentadoria, auxílio doença e gravidez, ações que permitiram a visibilidade destas pessoas pelo poder público (Entrevistadas: Janete, 47 anos; Lila, 46 anos).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Com o apoio das ações do Ministério Público, Assistência Social e Capitania, a gente teve curso para tirar a carteira de piloto, muito homens e mulheres daqui tiraram a carteira de ARRAIS⁸ Amador e Marinheiro Auxiliar de convés, inclusive meu sobrinho pode trabalhar embarcado no Transporte Escolar porque tinha a carteira...(sorriu) (Janete, 47 anos).

Junto às definições de documentos civis podemos listar outros elementos que foram agregados a qualidade de vida dessas regiões, tais como: facilidade na comunicação com o orelhão recebendo sinal de satélite para as duas comunidades; Projeto do Ministério Público do Trabalho junto com ECOA para segurança de trabalho com doações de macacões de borracha na coleta da isca para evitar picadura de cobra e ferrões de arraia, dentre outros perigos no cotidiano dos ribeirinhos. Este projeto agregou forças com a Prefeitura de Corumbá que também realizou a entrega de alguns macacões pelo Programa Povo das Águas.⁹

Também outros elementos constituíram essas mudanças como: a Associação de Moradores do Paraguai Mirim (famílias do baixo Mirim) e a Associação do São Francisco (da comunidade do Alto Mirim), a Associação de Moradores da Comunidade São Lourenço e a mais recente Associação RENASCER das mulheres tecedoras com fibra de camalote da região do São Lourenço. Além disso, podem ser citados outros ganhos para a população ribeirinha, tais como: a fundação do entreposto de isca viva iniciativa da ONG ECOA que tem sido um auxílio em tempos de cheia abrigando algumas famílias do São Lourenço; o grupo PREVFOGO - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais¹⁰ – Brigadistas treinados para combate as queimadas florestais no pantanal; (Entrevistado: Carlos, 32 anos)

De todas as ações o que mais impactou as comunidades na visão do Entrevistado Carlos (32 anos) foi o TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável, pois permitiu a titulação da terra para seu usufruto e a área do entorno.

Do ponto de vista de conquista considero o TAUS de suma importância, uma discussão que iniciou em 2011 quando a

⁸Um **arrais** é um profissional da Marinha Mercante encarregado de uma pequena embarcação.

⁹ Projeto iniciado em 2009 para atender as famílias ribeirinhas do Alto e Baixo Pantanal contando com vários profissionais.

¹⁰ São atribuições do Prevfogo atender as chamadas da “Linha Verde” do Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, das unidades de conservação gerenciadas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e de particulares preocupados com a problemática das queimadas e dos incêndios florestais. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/prevfogo>



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

ECOA atraiu o Estado, por meio do Ministério Público, para garantia dos direitos mínimos a estas comunidades [...] e a partir de 2013 houve a retomada da área para uso e o acordo de Pesca no entorno, e estamos discutindo agora a criação da Rede de Desenvolvimento Sustentável principalmente na região da Barra do São Lourenço. (Carlos, 32 anos).

No aspecto educacional, os registros dos arquivos escolares apresentam alguns elementos de mudança nas Escolas tanto da região da Barra do São Lourenço como na comunidade do Paraguai Mirim.

No ano de 2012, segundo Abreu (2016) a Escola Rural Porto Esperança¹¹ foi contemplada com a adesão ao Programa Mais Educação que objetivava o desenvolvimento das políticas públicas do Ministério da Educação para a concretização e efetivação do projeto de escola integral no país. Nesse sentido, as duas escolas alvo dessa pesquisa – Escola São Lourenço e a Paraguai Mirim - tiveram também ações do referido programa. Esses recursos favoreceram o fomento de conteúdos e estratégias de ensino que visavam melhorar a qualidade na educação e estimular a continuidade e a permanência dos alunos na escola.

A Escola Paraguai Mirim implantou oficialmente a Matriz Curricular Diferenciada a partir de 2011, onde destacou outros componentes no período integral, que evidenciava em seus conteúdos: oralidade, produção e protagonismo juvenil. Segundo as Atas de resultados finais no ano de implantação apenas as turmas de 1º ao 5º ano frequentavam a escola em tempo integral.

Em decorrência disto, verificou-se que os alunos de sexto ao nono ano começaram a se ausentar das aulas, porque ao saírem da escola, iam para lida na pesca e coleta de isca e no outro dia não tinham ânimo para frequentar a aulas. Como esta era uma queixa dos professores nas reuniões pedagógicas e Ata de Conselho de Classe visto que além de prejudicar a frequência teve consequência nas avaliações desses alunos. Essa situação fez com que se retomasse o projeto inicial de escola de tempo integral para todo Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano.

A Unidade São Lourenço implantou o período integral a partir de 2012, para todo o Ensino Fundamental com o horário de funcionamento que compreendia o período das sete até às quinze horas. Essa ideia enfrentou a resistência dos jovens que

¹¹ Lembrando que as unidades até 2014 eram extensões desta Escola Polo. Em agosto do respectivo ano estas extensões foram elevadas a categoria de escola segundo disposto no Decreto n. 1375 de 10/08/2014 (grifo da autora)



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

preferiam trabalhar a permanecer o dia todo na escola; assim era constante a chamada aos pais para auxiliar na conscientização para que concluíssem o Ensino Fundamental e os mantivessem afastados do trabalho infantil. (Entrevistados: Janete, 47 anos; Antonia, 44 anos; Mário, 42 anos).

Como a criação das Escolas Paraguai Mirim e São Lourenço estiveram ligadas a implantação do PETI que previa atividades no contra turno, a implantação da Matriz Integral foi um passo a mais para garantir aprendizagem destes alunos, e cumprir a escolarização na idade certa, manter os alunos mais tempo na escola como é meta do Plano Municipal de Educação.

De acordo com os relatórios do Programa Bolsa Família, as escolas de São Lourenço e do Paraguai Mirim têm raras situações de alunos abaixo de 75% de frequência durante o bimestre de monitoramento.

De acordo com os documentos escolares de matrícula ambas Escolas atendem em tempo integral do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental.

Em relação à estrutura física, atualmente, as escolas apresentam a seguinte configuração:

Escola do São Lourenço ¹²	Escola Paraguai Mirim ¹³
02 salas de aula	03 salas de aula sendo 01 adaptada no espaço do refeitório
01 alojamento masculino e 01 feminino com banheiro	01 cozinha
01 alojamento para piloteiro	01 despensa
01 cozinha	01 lavanderia
01 despensa	01 banheiro com dois sanitários e 01 chuveiro masculino
01 sala multiuso	01 banheiro com dois sanitários e 01 chuveiro feminino
01 refeitório adaptado	01 banheiro para professoras e funcionárias
01 biblioteca/Brinquedoteca	01 alojamento feminino para professoras e funcionárias
01 lavanderia	01 varanda pequena
01 banheiro com dois sanitário dois chuveiros masculino	03 quartos para alojamento masculino
01 banheiro com dois sanitário dois chuveiros feminino	

¹² A escola possui ainda uma biblioteca, cuja construção e mobiliário faz parte do Projeto da Fundação Telefônica junto com Instituto Acaia Pantanal.

¹³ A escola tem dois blocos, sendo um de alvenaria e o outro de madeira. A escola possui uma biblioteca/brinquedoteca que fica em um anexo próximo ao Bloco de alvenaria, cuja construção e mobília foi proveniente de um Projeto da Fundação Telefônica por meio de parceria com o Instituto Acaia.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

01 casa de gerador com depósito de combustível	
01 lavanderia	

É preciso destacar que embora tenha ocorrido a ampliação da escolarização da população residentes na Barra de São Lourenço e no Paraguai Mirim, a Educação Básica ainda não atinge toda a demanda dos moradores.

Em primeiro lugar, porque até o momento, apenas a Unidade Paraguai Mirim oferece a Educação Infantil para crianças de quatro a cinco anos. Ou seja, nas demais localidades, essas crianças não vão para a escola.

Outra questão é que a maioria dos jovens das comunidades pesquisadas que terminam o Ensino Fundamental tem dificuldades para dar continuidade aos estudos, porque não existe Ensino Médio em nenhuma das escolas da região. Ou seja, precisam se deslocar para a zona urbana e, principalmente enfrentar o problema da moradia na cidade. Essa situação faz com que os adolescentes da faixa etária de 14 a 18 anos sejam obrigados a voltar às frentes de trabalho e se submeter às situações insalubres do trabalho de coleta da isca, em diversos horários do dia e noite (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Outra demanda que ainda apresenta dificuldades para ser atendida é em relação a educação de adultos. Existe uma reivindicação junto a direção da escola e a Secretaria Municipal de Educação para a implantação da Educação de Jovens e Adultos, mas, as aulas deveriam ser no período noturno e existem restrições em relação as questões de navegabilidade noturna; isso tem sido um dos obstáculos, principalmente, na região do Paraguai Mirim. Por outro lado, as aulas não podem ser no período diurno porque não há espaço para comportar a demanda. Segundo o relato Célia (65 anos) “a Secretaria está realizando estudo para a implantação revendo alternativas para os obstáculos apresentados...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, pode-se afirmar que a partir do enfrentamento ao trabalho infantil ocorrido nessas regiões a partir do ano de 2004 e o início do funcionamento das escolas ocorreu uma mudança significativa na vida dessas populações: a entrada e a permanência das crianças e adolescentes nos bancos escolares. Para tanto, a rede de proteção a esta faixa etária composta pela Educação, Saúde, Assistência e Conselhos



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Tutelares foi sendo implantada, ampliada e se afirmando com políticas públicas voltadas a essa população. É claro que ainda há muito a se fazer para que essa rede seja ser eficiente e articulada entre todos os órgãos para que os resultados sejam positivos.

Certamente, essas escolas se constituíram um elemento novo nas relações sociais da região oportunizando a escolarização oficial das crianças e definindo que a partir de então, os adultos assumissem as atividades laborais sem a presença dos filhos como mão de obra, mesmo ponderando e respeitando que esse aspecto de “saber pescar e coletar isca” faça parte da cultura imaterial de gerações nas comunidades ribeirinhas ou povos das águas do pantanal.

Assim, constatamos que isto referendou as decisões sobre a implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas e que o poder público e sociedade civil entenderam a questão como forma de contribuir para a erradicação do trabalho infantil e a garantia de educação formal.

Todo esse contexto formado, desde então, é percebido a “olhos vistos” no desencadeamento físico das mudanças que ocorreram nos locais investigados: mais acesso à saúde, assistência e educação. Pois, mesmo que a saúde e assistência sejam momentos de agenda pontual, os resultados a partir delas favoreceram uma melhor qualidade de vida para as comunidades ribeirinhas. Como exemplo, pode-se citar a documentação civil, o acesso a benefícios sociais, o monitoramento de saúde familiar e o oferecimento de cursos de formação para o trabalho adulto da região.

Assim, a estratégia da assistência social e educação se aplica no monitoramento da frequência escolar por meio dos Relatórios do Bolsa Família, e os serviços de atualização do cartão de vacina, pesagem, cadastro em benefícios sociais e palestras informativas e preventivas de temas que envolvem saúde, violência doméstica, animais domésticos, questões trabalhistas e judiciais dentre outros relatados nas expedições. Uma estratégia que está formatada hoje pela presença do poder público na localidade por intermédio do Programa Povos das Águas da Prefeitura de Corumbá.

Em todas essas ações, a escola é o ponto de referência como ambiente para execução das atividades programadas. E o desenrolar destas ações permitiu a criação de um espaço para as famílias ribeirinhas como o Centro de Referência Itinerante, que trata especificamente deste grupo.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Do ano 2004, data da construção das escolas até os dias atuais percebe-se o empoderamento do povo ribeirinho que vem se organizando para novas conquistas e buscando qualidade de vida.

REFERENCIAS

ALMEIDA, M. A.; DA SILVA, C. J. As Comunidades Tradicionais Pantaneiras da Barra de São Lourenço e Amolar, Pantanal, Brasil. *História e Diversidade*, v.1, p. 10 – 31, 2012.

AMÂNCIO, Cristhiane O. G. et. al. Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chalé/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá-MS. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 9 p. (Embrapa Pantanal. Circular Técnica, 82). Disponível em:<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=CT82>. Acesso em: 24. janeiro.18.

DIEGUES, Antonio Carlos S. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 169 p. 2000.

EOA. Escolas do Pantanal precisam de reformas. Publicado em 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Escolas+do+Pantanal+precisam+de+reformas/9800>. Acesso: 18.07.2017.

FONSECA, Tayrine Pinho De Lima. Os Efeitos dos Impactos Ambientais Naturais nas Comunidades Ribeirinhas da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim na Fronteira Brasil – Bolívia.2017; 89 fls. Dissertação: Mestrado em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Corumbá/MS.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. Relatório de Viagem- “Ação Cidadã” Responsável: Marina Bragança; abril/2004.(paginação irregular).